



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DO FUTEBOL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0845/16	DATA: 12/07/2016	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 14h59min	TÉRMINO: 16h10min	PÁGINAS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

IRAN BARBOSA - Deputado Estadual de Minas Gerais.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Senhoras e senhores, boa tarde!

Declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do Futebol.

Informo que se encontra à disposição dos Srs. Parlamentares cópia da Ata da 15ª Reunião. Indago se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Fernando Monteiro, Relator desta CPI.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação a Ata da 15ª reunião.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Informo aos senhores o recebimento das seguintes correspondências:

Do Excelentíssimo Sr. Deputado Waldir Maranhão, 1º Vice-Presidente, no exercício da Presidência da Câmara dos Deputados, comunicando o deferimento do Requerimento nº 4.829/16, desta Presidência, que solicitava a prorrogação, por 60 dias, do prazo de funcionamento desta CPI;

Em nome dos Srs. Bernardo Ramalho e Edgar Diniz, representantes do canal de TV *Esporte Interativo*, justificando a impossibilidade de comparecerem à reunião desta CPI, agendada para o último dia 7 de julho;

Do Deputado Evandro Roman, informando seu afastamento, no período de 8 a 16 de julho, em missão oficial, para acompanhar os Jogos Mundiais Escolares, na cidade de Trabzon, na Turquia;

Do Deputado Major Olimpio, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 133/16, de sua autoria, que requer que esta Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI convide o Deputado Federal Marcus Vicente, Vice-Presidente da CBF, para que seja ouvido nesta CPI.

Determino que a Secretaria tome as providências necessárias para retirada de tramitação do requerimento.



Informo aos Parlamentares que a Polícia Civil do Estado de São Paulo deflagrou, no dia 6 de julho, quarta-feira passada, a Operação Game Over. O objetivo da operação era desarticular um grupo que alterava resultados de partidas de futebol das Séries A-2, que corresponde à segunda divisão; A-3, terceira divisão; e B, quarta divisão de campeonatos estaduais. Eles compravam treinadores e atletas para manipular os resultados.

Segundo órgãos da imprensa, a investigação durou 5 meses e apurou que o placar era manipulado para beneficiar apostadores asiáticos que faziam apostas pela Internet. A propina para pagar os técnicos e jogadores vinha de bolsas de apostas da Indonésia, Malásia e China. O esquema era chefiado por um agenciador carioca e um ex-jogador de futebol que atuou na Indonésia.

Acho que, apesar de não fazer parte do objeto de investigação desta CPI, este colegiado deveria se debruçar também sobre essa investigação.

Senhoras e senhores, a presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos. Antes, porém, anuncio a presença do Deputado Estadual, do PMDB de Minas Gerais, o Exmo. Sr. Iran Barbosa, que está presente nesta CPI para apresentar denúncia contra a empresa Minas Arena.

O primeiro item de nossa pauta de requerimentos trata de convite ao Deputado Iran Barbosa para prestar esclarecimento a esta CPI. Como não conseguimos deliberar nas últimas reuniões marcadas e foi anunciada, no dia 4 de julho, a prisão do Sr. Roberto Capobianco, Presidente da Empreiteira CONSTRUCAP e Presidente do Conselho de Administração da Minas Arena, o Deputado Iran Barbosa se antecipou e veio apresentar a denúncia perante este colegiado.

Assim, convido para tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Deputado Iran Barbosa, que terá até 20 minutos para sua explanação, prorrogáveis a juízo da Comissão.

Os Parlamentares interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto a esta Secretaria.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, eu queria, primeiro, reforçar essa questão da Operação Game Over. Foi preso um ex-goleiro, foram presos alguns jogadores que se venderam. Eu acho isso muito grave. E, no



decorrer da semana, surgiram algumas matérias com suspeitas até de manipulação em outros jogos que não estão aqui dentro.

Então, amanhã, vou apresentar requerimento pedindo que a CPI investigue isso, porque, quando você mexe com espetáculo, quando você mexe com paixão, nós não podemos deixar isso em branco. Então, acho que, mesmo não sendo o escopo da CPI, mas é correlata à CPI e é de uma gravidade, porque, a cada dia que passa no futebol, nós temos mais uma surpresa.

Eu acredito muito que essa prorrogação feita hoje aqui é importante, porque, quando prorrogamos no começo, era importante para fazer o relatório, e hoje é importante para concluir essa investigação da Operação Game Over, e essa máfia tem que ser rapidamente banida do futebol, porque o futebol é um espetáculo, e as pessoas se esforçam para ver uma coisa séria. E as pessoas que fazem parte dessa máfia estão brincando com as pessoas e com as paixões.

Segundo, eu queria agradecer ao Sr. Neymar dos Santos, pai do jogador Neymar, que enviou para a CPI um relato da KPMG que foi feito durante esse processo. Ele nem precisava enviá-lo, mas achei que ele foi delicado porque veio aqui a convite para colaborar com o futebol e com a CPI. Mas, com certeza, esse material que ele enviou, primeiro, mostra a vontade dele em ajudar o futebol brasileiro; segundo, mostra que estamos no caminho certo. E esse material aqui vai fazer parte do nosso relatório.

Sr. Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu quero agradecer à Dra. Adriana Cury Severini, que é advogada da família do jogador Neymar, que aqui esteve e me entregou oficialmente toda essa documentação. Inclusive, já ia me referir à entrega desses documentos que serão de suma importância para as apurações dentro da CPI da Máfia do Futebol.

Muito obrigado à senhora, doutora, muito obrigado também ao Sr. Neymar, que aqui compareceu a nosso convite e trouxe muitas informações a esta CPI.

Concedo, agora, a palavra, por até 20 minutos, ao Deputado mineiro Iran Barbosa.

O SR. IRAN BARBOSA - Em primeiro lugar, boa tarde, Exmo. Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Laudívio Carvalho, meu amigo, meu companheiro de



trabalho em Minas Gerais; Deputado Fernando Monteiro, cujo trabalho é conhecido em Minas Gerais e bem avaliado — Deputado, imagino que na sua terra deva ser da mesma forma; Sras. e Srs. Deputados; consultores aqui da Casa; funcionários que aqui estão ajudando; Érica, que vai me ajudar aqui na apresentação do eslaide; senhoras e senhores jornalistas. A todos a minha gratidão por, neste momento, ouvir esse resultado ou, pelo menos, o início de um resultado de quase 1 ano e meio de trabalhos e investigações. Para que V.Exas. possam compreender, eu sou Deputado Estadual por Minas Gerais, fui duas vezes Vereador em Belo Horizonte, sou formado em administração, especializei-me a vida inteira em administração pública. Estive pela Sorbonne, estive pela escola de Administração de Salamanca, na PUC, em Minas Gerais. A vida inteira me especializei em compreender a máquina pública e, nessa investigação, tive a ajuda de dois ex-Desembargadores do Estado de Minas Gerais, 25 advogados, mais de dez consultores técnicos de todas as áreas que me ajudaram a analisar esses quase 26 quilos de documentos que eu protocolo hoje aqui na Comissão. Se nós pudéssemos começar o primeiro eslaide. (*Segue-se exibição de imagens.*) A concessão de estádios sempre foi uma questão muito questionada, mas, em Minas Gerais, ela é um pouco mais complexa. A Lei nº 13.043, de 2014, que determina a forma de concessões, estabelece dois tipos de concessão hoje no Brasil: as concessões patrocinadas e as concessões administrativas. Deputado Laudívio, as concessões patrocinadas são aquelas em que o governo estabelece um valor intermitente, ou seja, um valor recorrente, mês a mês, durante todo o tempo da concessão para que um ente privado possa administrar um bem público. Na concessão administrativa, o ente privado fica sob posse do bem público, mas cobra tarifa das pessoas, entidades e empresas pela utilização desse bem público. Com esse recurso, faz a manutenção do bem público, através dos serviços que presta, e tira o seu lucro. Em Minas Gerais, a licitação do Mineirão é um híbrido de ambos, não previsto em lei federal ou estadual. Para se ter uma ideia, existem as formas de remuneração paga pelo Governo, que são divididas em duas partes: Parcelas Fixas ou “Pa” e Parcelas “Variáveis por Desempenho” ou “Pb”. As Parcelas Fixas ou “Pa” já são reconhecidas em contrato. Por exemplo: um pagamento, uma assunção de dívida. O Governo de Minas reembolsa todas as parcelas, corrigidas em 12,7% ao mês, a título de pagamento de impostos, que a



concessionária deve ao BNDES em função do financiamento para reforma e expansão do Mineirão. A Parcela Variável por Desempenho ou “Pb” tem um valor de mais ou menos 4 milhões de reais e é conhecida, em Minas Gerais, como Parcela Garantidora de Lucro. Trata-se de uma parcela de, aproximadamente, 4 milhões e 700 mil reais, que é paga mês a mês ao concessionário. E, mesmo o concessionário apresentando níveis pífios de desempenho — e não importa o quanto fique ruim —, nunca será inferior a 40% do total. Ou seja, não importa o desempenho do empreendedor, ele nunca receberá menos do que 30 milhões de reais dessa parcela. Isso com custos administrativos, declarados pela própria empresa, de 14 milhões de reais. Por isso, a alcunha, em Minas Gerais, de Parcela Garantidora de Lucro. O contrato prevê, em seu Anexo IV, um teto de 677 milhões de reembolsos que o Governo de Minas poderia repassar à concessionária. No entanto, no mesmo contrato, hoje já executado, até o final do ano, já teriam sido repassados, desde janeiro de 2013, nada menos do que 735 milhões de reais, ultrapassando a cláusula de pagamento máximo. E ainda estão previstos mais 1 bilhão e 100 milhões de reais em pagamentos para a empresa até 2030, data final de vigência da concessão. Vocês podem fazer as seguintes perguntas: como um contrato pode ser tão bom? Como uma empresa pode ter conseguido reembolso de todos os custos que já são bancados pelo BNDES e ainda receber cerca de 40 a 50 milhões do Governo, quase 25 milhões de lucro líquido dessa maneira? Como eles conseguiram uma negociação tão boa? Eu não sei a resposta para essas perguntas, mas vou apresentar para vocês esse documento, que é a homologação de uma desistência judicial da CONSTRUCAP, que foi assinada 10 dias após a assinatura do contrato da concessão. Após a CONSTRUCAP, EGESA e HAP Engenharia — e lembrando que a CONSTRUCAP e a EGESA estão na Lava-Jato — terem assinado o contrato, 10 dias depois elas apresentaram esse pedido de retirada do processo contra o Governo de Minas e a CODEMIG. Essa ação, senhoras e senhores, foi movida pela CONSTRUCAP, na qual ela alegava ter sido, fraudulentamente, retirada da licitação da cidade administrativa do Governo de Minas e cobrava pouco mais de 200 milhões de reais em indenizações do Governo por essa manobra. A CONSTRUCAP desistiu desse processo, que já se encontrava no STJ, 10 dias depois da assinatura da concessão. Esse documento está entre os apresentados. E o engraçado é que,



desde o início das obras, todos os tipos de irregularidades foram encontrados. Está aqui perante V.Exas. um trecho do documento, de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, feito por amostragem em 30 milhões de reais dos quase 700 milhões de reais de custo da obra, onde, *ipsis litteris* aqui descritos, foram achados de auditoria: ausência de licitação para contratação de projeto básico; pagamento de serviços não executados; desvio de objeto — alterações qualitativas —, acréscimos acima do limite de 50%; superfaturamento; e jogo de planilha. Isso em 30 milhões, menos de 5% da obra avaliada. Desde a apresentação desse laudo técnico pelos auditores do Tribunal de Contas, esse documento nunca mais recebeu uma única movimentação dentro do Tribunal de Contas do Estado de Minas de Gerais. E note que essa é a página 608 do relatório.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. IRAN BARBOSA - É 2010, Sr. Deputado. Em outro relatório do Tribunal de Contas, agora em 2013, na página 2.021 — também está anexado aqui aos documentos apresentados —, o Tribunal de Contas faz um aviso muito claro de que foi apresentada ao Governo de Minas uma planilha da obra com o custo de 654 milhões de reais, sobre a reforma do Mineirão, e outra ao BNDES de 580 milhões de reais. Qual o intuito da duplicidade de planilhas? Muito simples: com o repasse maior do Governo, que só poderia bancar 60% da obra, eles conseguiram aumentar a participação do Governo de 60% para 70%. Os outros 30%, que seriam bancados pelo BNDES, de que a empresa faria a contrapartida em 30% do financiamento, ela conseguiu abaixar em quase 12% a contrapartida que ela conseguiria colocar. Em termos matemáticos, contábeis, eles conseguiram baixar a participação total deles na obra para menos de 5% de desembolsos dentro da obra do Mineirão. Eles literalmente assumiram o controle do estádio sem gastar um único real, se você for considerar que a obra toda foi cotada para que empreiteiras fossem contratadas para a realização da obra. E, pelas planilhas do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Contas do Estado, essas planilhas já preveem a compra de materiais e execuções de serviços com uma taxa de lucratividade de 12% a 14% para as pessoas que realizam os serviços de construção. Como essa era uma concessionária formada por três empreiteiras, elas contrataram a si mesmas para o serviço e literalmente tiraram um pouco mais, de 7% a 8%, de lucro para poder



assumir o Mineirão. Isso sem considerar, entre outras hipóteses, os superfaturamentos aqui denunciados. Esse relatório também — ainda parte do mesmo relatório anterior, relatório anual de 2013, Tribunal de Contas do Estado, páginas 2.020 a 2.022 — faz uma denúncia extremamente grave. E aí eu gostaria muito da atenção de todos. O Tribunal de Contas afirma que, como o Governo de Minas não tinha condições, em caixa, de conseguir manter os compromissos assumidos de quase 178 milhões de desembolso para o ano de 2013, e no contrato assinado entre Governo de Minas e Minas Arena existe uma cláusula de priorização de pagamento das contrapartidas do Mineirão... Senhoras e senhores, existe uma cláusula que fala literalmente o seguinte: o Governo de Minas, mesmo que entre na Lei de Responsabilidade Fiscal, se obriga a abrir mão de qualquer outra despesa — saúde, educação, exoneração de funcionários — que seja necessária para manter em dia este contrato. Por contrato assinado com o Governo, ele se sobreporia a todas as outras despesas de Minas Gerais, a chamada cláusula de inadimplência zero. E, por causa dessa cláusula, o Governo de Minas fez quase que o impossível: pegou recursos da Compensação Financeira pela Exploração dos Recursos Minerários, que é um recurso federal, descrito na Constituição e, entre aspas, “carimbado”. E esse recurso só pode ser utilizado de duas formas: para geração de independência econômica dos Municípios mineradores, o que Belo Horizonte não é, ou para — e é o principal uso da CFEM, sempre foi em todos os Estados mineradores — estruturação do sistema de fiscalização dos empreendimentos minerários. Senhores, os mais de 63 milhões de reais desviados da CFEM para garantir o lucro da Minas Arena em 2013 foram literalmente os recursos que, extraídos do sistema estadual de meio ambiente, acabaram com a fiscalização estadual de minerações e que causaram, nos últimos 2 anos, nada menos que 20 estouros de barragem no Estado, entre eles o maior desastre ambiental recente do Brasil, que foi o desastre de Mariana. Pode-se dizer literalmente que o desvio dos recursos da CFEM impossibilitou que o Estado tivesse qualquer ânimo ou possibilidade de fiscalização dos recursos minerários pelos próximos anos. E o impressionante disso tudo é que, se o contrato fosse executado à letra, vários desses recursos desviados da CFEM não precisariam sequer ser utilizados. Para se ter uma ideia, o contrato fala, na cláusula 16, que metade de toda a arrecadação do



lucro operacional da Minas Arena deve voltar ao Estado na forma de abatimento dos repasses que estão sendo feitos. Ou seja, se o Estado tem a obrigação de passar 170 milhões, Deputado, e a Minas Arenas teve 40 milhões de lucro, abatem-se 20, só se passam 150 — quanto maior o lucro, menores as prestações. Em balanço publicado nos maiores jornais de Minas e do Brasil, a Minas Arena S.A. demonstra lucro líquido de 38 milhões em 2013 e de quase 17 milhões em 2014. Só isso seriam quase 30 milhões de repasses que deixaram de ser feitos. E deixaram de ser feitos por causa da seguinte criatividade contábil — por favor, Érica: pegaram todos os lucros e colocaram como Reserva de Subvenção na contabilidade. Como V.Exas. sabem, a Reserva de Subvenção é um mecanismo tributário de incentivo dos Governos Federal, Estaduais e Municipais para que as empresas estratégicas possam crescer e desenvolver empregos no Município. As subvenções, por si só, não têm caráter remuneratório e, muito mais do que isso, são imunes a tributos, motivo pelo qual isso aqui nunca poderia existir, pois cada um dos repasses estaduais está descrito, no Anexo V do contrato de concessão, como remuneração e todos reajustados em 12,7%, *ipsis litteris*, no contrato, a título de reajuste para pagamento de impostos. Ou seja, todos os repasses governamentais são reajustados em 12,7% para que a Minas Arena possa receber esse dinheiro livre de impostos. E, como se o próprio fato de eles esconderem o lucro não fosse o suficiente, há sinais claros, dentro do balanço apresentado, de superfaturamento de despesas. Notem, senhores, que só com pessoal foi gasto uma média de 13,5 milhões de reais por ano. É o equivalente a pouco mais de 1 milhão de reais gastos por mês com pessoal para manutenção de um estádio. Se nós estivéssemos falando em salários mínimos, seria o suficiente para manter mil pessoas trabalhando na manutenção do Estádio Mineirão durante esse tempo. Outro número que assusta é o de 14 milhões de reais, em média, com despesas de manutenção. É a concessionária contratando construtoras para gastar quase 1 milhão de reais por mês com a manutenção do Estádio Mineirão — 1 milhão de reais por mês! E como se esses 30 milhões de reais que foram gastos com pessoal e com manutenção não fossem o suficiente, ao final eles declaram ainda mais 33 milhões de reais de despesas com serviços prestados. Senhoras e senhores, isso significa que, em 36 jogos realizados no ano passado no Mineirão, quase 1 milhão de reais de despesa



por jogo foi declarado no balanço da empresa. Isso é mais do que 90%, é mais do que a receita de Atlético e Cruzeiro em 90% dos jogos que realizaram dentro do Mineirão. Ela afirma ter um custo por pessoa maior do que o ingresso cobrado pelos times. Isso fora os outros 14 milhões de reais de despesas gerais e administrativas. Estamos falando de gastos com viagem, gasolina, papel, caneta, impressora. São gastos de 1 milhão e 100 mil reais, em média, com custos administrativos! Como se isso tudo não fosse o suficiente, prestem atenção neste borderô, o borderô do jogo entre Atlético e Olímpia, maior receita da história do futebol brasileiro. Esse jogo foi realizado no Mineirão. Vocês podem ver ali embaixo: *“Venda de ingressos Minas Arena. Setor Premium”*. As cadeiras Premium são as cadeiras VIP da Minas Arena. Foram vendidos 7.592 lugares; foram arrecadados 3 milhões, 127 mil e 246 reais. Senhores, os borderôs são documentos fiscais. Neles se recolhem tributos federais. Por isso, são assinados por um fiscal de arrecadação das federações, pelo clube mandante do jogo e por um representante da Minas Arena. Nesse jogo, eles afirmam ter tido uma receita bruta de 3 milhões e 127 mil reais. Não está ali uma receita líquida de 2 milhões e 751 mil reais. No entanto, quando a Minas Arena apresenta seu relatório anual para o Governo de Minas, de forma a mostrar seu desempenho financeiro, ela apresenta uma receita bruta com cadeiras, em julho de 2013 — o jogo foi em 24 de julho de 2013 —, de 1 milhão e 600 mil reais. E isso é óbvio o suficiente que nos leva a pensar: não é possível que eles tenham cometido um erro tão amador! Não é possível que eles tenham sido tão caras de pau em tudo isso que fizeram! Isso me leva a maquinar algumas alternativas: e se eles tivessem colocado nesse jogo todas as receitas com camarote, toda a venda de produtos, como cerveja, picolé, pizza, estacionamento, todos os serviços arrecadados? E se esse valor fosse a soma de tudo isso? Pois bem, nesse relatório, retirando os repasses governamentais, a Minas Arena alega, em julho de 2013, ter tido uma arrecadação total de menos de 2 milhões e 650 mil reais. Ou seja, todas as arrecadações juntas que ela declara ao Governo de Minas é inferior ao valor de 2 milhões e 750 mil reais que ela registra ter recebido de maneira líquida durante o jogo entre Atlético e Olímpia. Se vocês fizerem o cruzamento de todos os borderôs daquele jogo de 2013 com todas as colunas desses relatórios, vocês verão que, absolutamente todos os meses, os relatórios de longe não batem com o que foi



apresentado. E mais: notem que a receita declarada pela Minas Arena é de 3 milhões, 127 mil e 246 reais. Senhores, quem mexe com futebol entende uma coisa: no futebol, todos os ingressos são vendidos em múltiplos de 5 reais ou de 10 reais, que também é um múltiplo de 5. São todos vendidos em múltiplos de 5 por um motivo muito simples: se é preciso vender para muita gente, é preciso ter troco com agilidade, motivo pelo qual não se vende ingresso por 51 reais, 52 reais, 53 reais, 53 reais e 50 centavos. Obter-se uma receita final de 246 reais é muito mais do que suspeito. Se vocês pegassem o edital, que mostra que, contratualmente, a Minas Arena não pode cobrar menos do que 20% a mais do que o ingresso mais caro cobrado pelo Clube Atlético Mineiro naquele jogo, que foi de 500 reais, sabendo-se, portanto, que ela deveria ter tido um *ticket* mínimo de 600 reais por ingresso, vocês se assustariam ao descobrir que, dividindo 3 milhões e 127 mil reais por 7.592 ingressos, chega-se a um *ticket* médio de 411 reais. Ao se fazer isso em todos os outros borderôs, alguns deles aparecem com números de centavos — aparece, portanto, em quase todos eles —, o que representa um desvio total, no ano de 2013, de pouco mais de 12 milhões de reais só de diferença entre o mínimo possível de ser cobrado no borderô e o informado no borderô. Então, só para vocês entenderem: a licitação foi suspeita; a obra estava viciada; os documentos apresentados mostram claramente desvios, superfaturamento, jogo de planilha; a forma do financiamento foi fraudada de maneira a enganar o BNDES e o Governo de Minas; o lucro, antes do borderô, foi fraudado para ficar menor no borderô; o lucro do relatório foi fraudado de maneira que o lucro do borderô ficasse menor do que o do relatório. Mesmo diminuindo todo esse custo, eles ainda superfaturaram as despesas, conseguiram ter um lucro líquido de quase 40 milhões de reais em alguns anos. E pegaram esses 40 milhões de reais e criaram uma identidade contábil falsa para poder colocar como Reserva de Subvenção esse recurso. Eles literalmente fraudaram todas as possibilidades de recurso, receita e despesas aos quais tiveram acesso. Chega a ser impressionante que isso tenha passado tão despercebido ou com perfil público tão discreto no Estado de Minas Gerais. Deixo bem claro aqui que a grande maioria desses recursos desviados são federais. A CFEM é uma verba federal. Os recursos do BNDES são federais. Esses recursos foram os principais alvos dos desvios que eles fizeram. Só a título de informação, que não há necessidade de ser apresentada



aqui, mas que está sob inquérito criminal, sob investigação criminal do Ministério Público de Minas Gerais: até os clubes foram lesados. Minha assessoria e eu levantamos que, em Minas Gerais, mais de 45 milhões de reais foram desviados das receitas dos próprios clubes, sendo mais de 9 milhões de reais do Clube Atlético Mineiro e 36 milhões de reais do Cruzeiro, clube que mais realizou jogos na Minas Arena. Até aí foi aonde eu consegui ir, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos que estão nos assistindo. As informações de 2013 eu consegui de maneira pública. Em Minas Gerais existe realmente um trancamento dessas informações, existe realmente uma blindagem para que não se consiga acessá-las. A minha esperança, ao trazer esses documentos para a CPI do Futebol, que tem caráter nacional, é que V.Exas. consigam manter essas investigações e aprofundá-las de maneira a conseguir a complementação daquilo que hoje já me é barrado. Nesse 1 ano e meio, foi atingido o limite dos recursos disponíveis à Assembleia Legislativa. As duas tentativas de CPI feitas para investigar o caso da Minas Arena foram soterradas em Minas Gerais, motivo pelo qual precisamos da ajuda da Câmara Federal na investigação desses crimes. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Deputado Iran Barbosa, quero cumprimentá-lo pelo brilhante trabalho feito por V.Exa.

Em que ano foi feito esse contrato com a CONSTRUCAP? É um contrato de concessão?

O SR. IRAN BARBOSA - Esse contrato foi assinado em 2010. De 2010 a 2013, foi realizada a construção do estádio; de 2013 em diante, foi a operação. Os repasses do Governo de Minas para a CONSTRUCAP e para a Minas Arena começam, portanto, a partir de 2013. De 2013 para cá, pouco mais de 600 milhões de reais já foram repassados; até o final do ano, serão mais de 700 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - Eu tenho alguma experiência, Deputado Iran, porque sou membro do Conselho Deliberativo do maior clube do Brasil, que também considero o maior do mundo, o Corinthians. Nem precisava falar o nome, porque certamente o senhor, como esportista, já deveria saber. *(Riso.)*

Assustam-me um pouco os números. Nós estamos tendo muita dificuldade, mas vamos honrar todos os compromissos que fizemos do financiamento com o BNDES. Quando saiu o empréstimo para a construção, a obra já estava avançada,



pela morosidade do agente financiador. No nosso caso, começou com o Banco do Brasil; depois, acabou sendo transferido para a Caixa Econômica Federal, devido à burocracia. Mas lá no Corinthians, quando se rouba, nós cortamos a mão.

Sobre essa questão de terceirização, eu acho que, quando o estádio é mantido pelo Município ou pelo Estado, acaba havendo esses desvios. Nós temos um exemplo único em São Paulo, o Estádio do Pacaembu. O clube que mais utilizava o estádio era o Corinthians. Com a construção do nosso estádio, isso acabou. Jogávamos, em média, 37 partidas por ano no Pacaembu.

Eu sempre defendi a terceirização dos estádios de um modo geral. A maneira que os Governos acharam de construir arenas para a Copa do Mundo foi a terceirização. Hoje se vê que a grande maioria das empresas que construiu estádios ou algumas que assumiram estádios estão às voltas com problemas financeiros. No Rio Grande do Sul, se eu não me engano, a Camargo Corrêa está tentando devolver a administração do estádio, porque não tem *expertise* para isso.

Os números são realmente assustadores. Certamente, com o nosso Presidente, que também é mineiro — aliás, nesta mesa, só há mineiro —, e com o Deputado Fernando Monteiro, vamos juntos encontrar um caminho para irmos a fundo do que se pode fazer.

São muito preocupantes os desvios para os clubes. Todos os clubes estão passando por dificuldades financeiras muito grandes. Nós aprovamos o PROFUT - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro ano passado, mas, mesmo com a aprovação do financiamento da dívida dos clubes, os clubes não estão tendo condições de assumir, com seus credores, o pagamento das dívidas devido a uma série de burocracias.

Nós não podemos admitir que o Estado repasse um valor tão significativo para manutenção de estádio. Dessa forma, é melhor que seja repassado para um clube de futebol de Minas Gerais a administração do estádio. Eu não vejo outra maneira para estancar a sangria dessas denúncias que foram trazidas. Parece que já foram presas algumas pessoas lá.

O SR. IRAN BARBOSA - O Presidente do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Goulart) - O Presidente do Conselho. É muito importante isso. A Polícia certamente já está bem adiantada. Quanto ao que esta



CPI puder fazer, certamente, sob o comando do nosso querido Deputado Laudívio Carvalho, nós vamos a fundo. Parabéns pelo trabalho!

O SR. IRAN BARBOSA - Deputado Goulart, só para V.Exa. compreender um pouco o absurdo que é isso. Imagine se hoje o Governo de São Paulo virasse para o Corinthians e falasse: *“Sabe todo esse financiamento que vocês estão suando para poder pagar? Toma aqui o dinheiro. Mais uma coisa, sabe o custo que você está tendo para administrar o estádio? Toma aqui mais 5 milhões por mês para você poder fazer isso em nome do Governo de São Paulo.”* Isso foi o que aconteceu em Minas Gerais. Para se ter uma ideia, a Minas Arena, fora todos esses repasses, ainda fica com recursos de venda de estacionamento, eventos, *shows* que são feitos constantemente, com toda a arrecadação de camarotes e de 8 mil cadeiras VIPs. Pelos cálculos realizados com os Presidentes de Atlético e Cruzeiro, se a Minas Arena não existisse, se eles assumissem o estádio, fizessem os pagamentos do BNDES e não recebessem 1 real do Governo de Minas, ainda assim a receita deles subiria cerca de 70 milhões de reais a mais por ano. Para se ter uma ideia, a receita do Atlético Mineiro ficaria pouco menos de 60 milhões de reais em relação à receita do Corinthians se a Minas Arena não existisse no estádio. Esse é o tamanho do rombo criado em Minas Gerais. Criou-se literalmente um intermediário. O ex-Presidente do Atlético, Alexandre Kalil, falou, à época, sobre o funcionamento da Minas Arena, que o Governo de Minas criou mais um sócio para os clubes, alguém para receber de 30 a 40% de toda a receita de futebol dos clubes por ano. É isso que a Minas Arena tem feito, além de receber, durante os quase 30 anos que ainda tem de contrato, um total de quase 1 bilhão e 800 milhões de reais de um estádio que custou ou teria que ter custado, na teoria, 677 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Iran, o senhor conseguiu ou pelo menos tentou instalar uma CPI na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais a respeito desses fatos que o senhor está trazendo aqui? Fatos que a gente entende, não é, Deputado Goulart, como gravíssimos, muito graves. O senhor tentou pelo menos ou instalou uma CPI lá?

O SR. IRAN BARBOSA - Houve duas tentativas, Deputado Laudívio. A primeira antes de eu ser Deputado, ao final do mandato passado, quando se conseguiu o número de assinaturas. Mas um número não revelado de Deputados



retirou as suas assinaturas, impossibilitando a criação da CPI. E, novamente, este ano, quando a CPI também, mais uma vez, conseguiu o número de assinaturas, mas ela foi julgada absolutamente inócua, incapaz de investigação. Por quê? Porque, na Assembleia Legislativa, os membros da CPI são indicados também pela quantidade de suas bancadas, o que daria à bancada independente e à bancada de Oposição a possibilidade de indicação de até 4 ex-Secretários do Governo passado, numa CPI de 7 Deputados, para a apuração. Viu-se a completa e total inabilidade. Então, o que aconteceu? Para que não se matasse a possibilidade de investigação, para que não se matasse a possibilidade de fazer as audiências públicas, os requerimentos de documentos e para que a CPI não fosse, lá em Minas, uma CPI de encomenda de *pizza*, decidiu-se por não prosseguir, tendo em vista quais foram os Deputados que seriam indicados para ela e a tendência dela — vamos dizer assim — de assassinar a investigação, motivo pelo qual eu trago isto aqui hoje para esta Comissão, que é muito mais independente da esfera de influência política que existe em Minas Gerais, principalmente, longe de certas blindagens que existem no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Deputado, o senhor estava dizendo que trouxe documentos. Assustou-me o volume que o senhor disse. Foram quantos quilos?

O SR. IRAN BARBOSA - Vinte e seis quilos de documentos, aproximadamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Vinte e seis quilos de documentos o senhor trouxe, para que a CPI os receba oficialmente.

O SR. IRAN BARBOSA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - O senhor fez uma colocação, Deputado, que me deixou assustado e preocupado. O senhor disse que houve um desvio que possibilitou a não fiscalização das barragens em Minas. Nós estamos falando de futebol. Esta CPI é do futebol, mas houve um desastre ambiental, e o senhor mesmo colocou como um dos mais violentos, um dos maiores desastres ambientais da história deste País, que foi a barragem de Mariana rompida. O senhor disse aqui, pelo que eu entendi, com todas as letras, que houve desvio de



recursos, e esse desvio possibilitou, então, que a barragem de Mariana se rompesse pela falta de fiscalização. É isso mesmo?

O SR. IRAN BARBOSA - Érika, você poderia abrir novamente a apresentação e colocar um trecho que se chama "*Relatório do Tribunal de Contas do Estado*"? (*Segue-se exibição de imagens.*) As palavras de que houve desvios, Deputado, não são minhas, elas são do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Lerei: "*Dessa forma, não resta dúvida do pagamento indevido da contratação anteriormente mencionada com recursos da CFEM*" — *Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais*. O que aconteceu? De acordo com eles, de janeiro ao mês de julho, e mesmo depois que o Tribunal de Contas afirmou a ilegalidade dos pagamentos que estavam acontecendo. De julho a dezembro, não houve pagamentos, mas que foram retomados em dezembro de 2013, cientes dos desvios que estavam acontecendo e devidamente informados pelo Tribunal de Contas do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado, esses desvios somariam quais valores hoje?

O SR. IRAN BARBOSA - Quanto a superfaturamento de obra, de desvios, foram localizados 30 milhões. Sabe-se que pouco mais de 8% da obra, pelo menos, teria sido superfaturada. Em diversos tipos, em alguns itens, há muito mais do que 50%, conforme estava ali. Mas uma média mínima de 8% dos recursos foram contratados acima do valor, numa obra de 700 milhões — mais 70 milhões na obra, praticamente quase 70 milhões na obra. De recursos da CFEM, foram mais 64 milhões. De sonegação de receitas, no período entre 2013, 2014 e 2015, até agora, já se sabe que deixaram de ser repassados cerca de 70 milhões de reais em lucros. E foram desviados, que se sabe também, dos borderôs para os relatórios, aproximadamente, mais 40 milhões. Nós podemos estar falando aí de uma cifra, fácil, perto de 200 milhões de reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado, V.Exa. entregou esses documentos às autoridades de Minas — Poder Judiciário, Ministério Público?

O SR. IRAN BARBOSA - No Ministério Público, há neste momento um processo de investigação criminal que corre em sigilo. Basicamente, é até um pouco



mais aprofundado do que isso, com documentos expressos, com provas, acredito, bastante robustas. Existe uma equipe do Ministério Público, hoje, dedicada a esse tema. E eu imagino que, nos próximos meses, haverá alguma ação bem pesada em relação a isso. Nos próximos dias, assim que voltar do recesso, o Governo de Minas será notificado com o relatório completo, com todas essas informações. E, até lá, eu gostaria de solicitar à Comissão, dentro das possibilidades da Câmara Federal, dentro do trabalho aqui, que fosse feita, entre outras coisas, a quebra de sigilo bancário, entre outros sigilos, da Minas Arena e de seus gestores, de modo que essa contabilidade espúria dos relatórios do Governo de Minas e do relatório da Secretaria de Esportes possa ser contrastada. E com esse raio-x financeiro da empresa, essas irregularidades, que, acredito, estão muito mais do que comprovadas, possam ser devidamente julgadas aqui e nas Justiças Federal e Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Deputado, na verdade, o senhor fez um grande trabalho para esta CPI. O senhor trouxe informações muito preciosas que, com certeza, sem medo de errar, irão colaborar para o relatório final da CPI.

O senhor foi convidado para vir a esta Comissão, depois de nos ter procurado lá em Minas, dizendo que encontrava dificuldades no Estado para apresentar as suas denúncias. O senhor trouxe toda a documentação, 26 quilos de documentos. E nós podemos lhe afiançar que o jurídico da nossa CPI irá se debruçar sobre esse material. Havendo indícios de crimes em toda essa documentação, todo esse material será enviado, então, às autoridades competentes, que é o papel da nossa CPI. O senhor é Deputado e sabe como isso funciona. O nosso jurídico, então, irá estudar toda essa documentação. Havendo indício ou evidência de qualquer crime, as autoridades competentes serão de imediato informadas.

O SR. IRAN BARBOSA - Eu agradeço de verdade, Sr. Presidente. V.Exa. é uma pessoa conhecida em Minas Gerais pelo caráter ilibado, pela honra inabalável. V.Exa. é uma pessoa conhecida em todo o Estado de Minas Gerais justamente pelo caráter que tem e ficou famoso na imprensa justamente por isso. Eu agradeço de verdade a V.Exa. e a todos os Deputados desta CPI pelo trabalho que se dispuseram a realizar. Eu espero que, com esses crimes aqui demonstrados, a CPI



consiga dar a punição e consiga o resto das informações que hoje, em Minas Gerais, de forma muito estranha, são negadas a mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Deputado, eu quero agradecer muito a sua presença e dizer que todo esse material será estudado, porque as denúncias são gravíssimas.

Digo aos senhores que estão nos acompanhando agora, ao público presente, aos Deputados e Deputadas, que eu fiquei chocado com a revelação de que desvios de verbas podem ter provocados as mortes em Mariana.

Eu não tinha conhecimento disso, de denúncia tão grave. Aquilo que eu disse, na instalação desta CPI, várias vezes tenho repetido: tudo o que aqui chegar, em tudo que houver indício de crime, será devidamente apurado por esta CPI. Isso é o que nós faremos e daremos uma resposta ao senhor e ao povo de Minas Gerais ao final desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. IRAN BARBOSA - Muito obrigado a V.Exa. e a todos os Deputados aqui, a todos os Consultores, a todos os funcionários, a todos os membros da imprensa. Quero dizer que, sim, principalmente, quanto a essa última questão que V.Exa. tocou, as provas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais mostram que houve justamente esse secamento de recursos da fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente, de forma a desviar 63 milhões da CFEM para garantia de lucro de um contrato extremamente suspeito da Minas Arena. Isso foi, sim, o que praticamente derrubou toda forma de funcionamento do Sistema Estadual de Meio Ambiente — SISEMA, para os próximos anos, acarretando prejuízos não só a Mariana, Sr. Deputado, mas também a mais outros 19 rompimentos menores de barragens no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Chocante, chocante!

Deputado Iran Barbosa, eu quero agradecer muito a presença a V.Exa. e dedicar um tempo para que o senhor possa fazer as considerações finais.

O SR. IRAN BARBOSA - De último, gostaria de agradecer a atenção de todos aqui. Gostaria de agradecer a todos que estiverem assistindo à Câmara agora durante o trabalho da CPI. Laudivio, gostaria de lhe agradecer muito. Tomo a liberdade de lhe chamar aqui de Laudivio, nosso Presidente. Agradeço a disposição da Câmara dos Deputados em investigar esse tema, que é complexo, é um tema



que atinge vários interesses e, por causa disso, é um tema que teve teto, tem limitações e, acima de tudo, existem pressões internas absurdas no Estado para que ele não seja tão fortemente divulgado. Agradeço V.Exa. por estar me recebendo aqui. Agradeço a todos os Deputados que acompanham e vão acompanhar esse processo, e deixo-me sempre à disposição.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - Sr. Presidente, só para fazer coro com o que nós temos falado ao longo dessas audiências públicas e reuniões deliberativas, destaco o trabalho do Presidente Laudivio Carvalho, que tem realmente tentado impor um ritmo no sentido de alcançar o anseio das pessoas que vêm aqui e da sociedade de forma geral.

Estive acompanhando do gabinete algumas das colocações que foram feitas pelo Deputado Iran Barbosa. Queria agradecer a presença dele aqui. Leve um abraço desta Comissão e diga que Minas Gerais está muito bem representada por este grande Deputado na condução da Presidência.

Tenho certeza de que a gente vai superar essas dificuldades que existem pela frente, com o recesso e o advento das eleições, para que a gente possa realmente trazer um trabalho à altura do que a sociedade e as pessoas que estão estudando e ajudando a Comissão esperam. Tenho certeza disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Quero agradecer a V.Exa. pelas palavras carinhosas, pelo reconhecimento de uma equipe, de um trabalho feito por esta CPI, dos Deputados e das Deputadas, dos nossos companheiros do administrativo, dos nossos Consultores. Eu só posso agradecer a confiança que V.Exa. tem no trabalho desta CPI. Estou muito agradecido.

O Deputado Fernando Monteiro, que é o nosso Relator, está com a palavra para o encerramento dos nossos trabalhos.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Caro Deputado Iran Barbosa, caro Presidente, caros amigos, primeiro, eu quero pedir desculpas, porque eu tive que sair. Estamos em um momento de eleição, e fica meio turbulento por aqui.

Eu fiquei muito satisfeito pela parte do material que eu vi. A minha Assessoria me passou alguns pontos. Eu acredito que isso precisa ser averiguado, investigado, porque nunca o Estado pode pagar nada a alguém que não seja benefício. Eu digo



sempre que as pessoas têm mania de dizer: “*Não. Esse dinheiro é público. Não é meu nem seu. É público*”. E esse dinheiro público é nosso.

A gente perde com isso, a sociedade perde. V.Exa. deu aí o exemplo de Mariana, que é uma tragédia. Eu acho que a gente nem sabe o tamanho dela ainda. Os especialistas estudam, mas o tamanho dela é muito maior do que está aí. Então, fico feliz.

Quero ver, Sr. Presidente Laudivio Carvalho, se, até o final do meu relatório, posso conversar com mais calma, tirar algumas dúvidas. Eu tenho mais ou menos uma noção da Lei de Licitação e de PPP. Entendi um pouco a explanação na questão de preço e de onde veio o fundo garantidor. Essa questão da LRF é um absurdo! Refiro-me a se tirar da saúde! É muito fácil dizer: “*Tire*”. Escolha de quem tirar. Eu sempre digo onde eu passo que é muito fácil dar para o outro o direito de escolher. Há uma vaga na UTI e dois pacientes, quem se escolhe? É complicado.

Então, isso mostra que esse trabalho não pode parar. É importante para o serviço público, para o bem público, porque todo bem público é nosso. Eu garanto a V.Exas. que as pessoas que trabalham e recebem seus salários não gastam o dinheiro no ralo como muitas vezes alguns gestores públicos gastam.

Eu acredito que pessoas, Deputado Iran, feito V.Exa. contribuem muito para isso, e acho que V.Exa. pode contribuir demais para esta CPI. Então, primeiro, desculpe-me por não ter ouvido todo o seu detalhamento e a sua denúncia, mas quero continuar falando com V.Exa. para podermos continuar trabalhando para diminuir a quantidade de gastos excessivos e melhorar a gestão pública, porque o Brasil vive um momento de crise, porque todo ano se passa para o ano seguinte. A gente precisa agora melhorar essa gestão. Pessoas como V.Exa. são importantes nesse processo. Então, muito obrigado. Parabéns! Quero muitas vezes mais poder me reunir para debater sobre esse assunto, que é tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Marcelo Aro, que também é de Minas.

V.Exa. pode fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Obrigado. Agradeço a gentileza, Presidente Laudivio Carvalho, meu colega e amigo. Primeiro, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos nesta CPI, tão importante para o País.



Também quero parabenizar meu colega Deputado Estadual Iran Barbosa. Foi meu colega Vereador na Câmara Municipal de Belo Horizonte e, hoje, atua de maneira incisiva na Assembleia Legislativa. Para muitos, o Iran é uma surpresa agradável na Assembleia pela sua determinação, sua coragem e suas denúncias. Muitos me param e ficam surpresos com a sua atuação. Mas confesso que é surpresa para eles. Para mim, não é surpresa alguma, porque eu já o conhecia e sei da sua determinação e da sua luta por um País melhor.

Então, quero, Deputado Iran Barbosa, parabenizá-lo mais uma vez por todo o trabalho que vem fazendo em Minas Gerais, hoje, aqui, partilhando de tudo aquilo que investigou e pautou na Assembleia Legislativa, trazendo para a Câmara Federal. Não tenho dúvidas de que o nosso Presidente Laudívio Carvalho, junto com o Relator Fernando Monteiro, que acabou de falar — colega Fernandinho —, colocarão isso em prática, e também teremos um braço dessa investigação que V.Exa. começou no Estado de Minas Gerais.

Então, deixo registrados a minha estima, o meu carinho, o meu apreço pelo trabalho que V.Exa. sempre fez e continua fazendo. Parabéns!

O SR. IRAN BARBOSA - Agradeço ao colega Marcelo Aro. Foi meu colega de Câmara Municipal, como o Deputado Laudívio Carvalho, dobradinha em áreas diferentes do Estado. Isso só mostra o tanto que eu ando bem acompanhado na política. Minas Gerais tem uma frase de Milton Campos, que fala que, em Minas, há de se ter um palmo de terra onde homens bons possam se reunir. E, no meu palmo de terra, pessoas como V.Exas. estão sempre mais do que bem-vindas, porque eu faço questão de ter sempre as melhores companhias. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu quero agradecer muito a presença do Deputado Iran Barbosa e dizer da minha preocupação — falo agora ao Deputado Marcelo Aro, nobre Deputado. Minas Gerais, e V.Exa. é testemunha disso, vive momentos de penúria. A segurança pública está sucateada. A saúde está no CTI no Estado de Minas Gerais. São longas filas em qualquer hospital daquele Estado. Faltam viaturas, homens, delegacias aparelhadas. Falta absolutamente tudo na segurança pública. Falta absolutamente tudo, Deputado Iran Barbosa, no nosso Estado de Minas Gerais, para a educação, ou seja, há um desastre total no Estado de Minas.



Quando V.Exa. traz denúncias tão graves, a gente consegue entender por que a saúde, a educação e a segurança, em Minas, estão do jeito que estão. Há de se compreender, Deputado Marcelo Aro, o que está acontecendo em nosso Estado. Que pena que o povo de Minas pague tão caro, mas tão caro, pela ineficiência governamental naquele Estado! Não seria aqui o palco para dizer isso, em uma CPI, mas as denúncias são muito graves, Deputado Marcelo Aro. São gravíssimas as denúncias que o nobre Deputado Estadual Iran Barbosa trouxe aqui nesta tarde.

Eu saio daqui muito, mas muito preocupado, mas confio na Justiça, confio nos homens de bem, confio no Ministério Público, confio no Judiciário, confio no Tribunal de Contas do Estado, confio no Tribunal de Contas da União para passarem essa situação a limpo, porque, diante de denúncias tão graves, Deputado Marcelo Aro, mas tão graves — eu volto a insistir nesse ponto —, como quando o Deputado Iran disse que desvio de recursos, em Minas Gerais, levaram ao rompimento da barragem de Mariana, por falta de fiscalização. Isso significa que vidas ali foram levadas!

Então, é muito mais grave do que o dinheiro que desaparece simplesmente pelo ralo das coisas públicas neste País. É uma pena que um Estado tão importante como Minas Gerais e de história tão brilhante e tão bonita no cenário nacional tenha que ser denunciado, hoje — denunciado aqui —, por um Deputado Estadual, que não conseguiu sequer, em seu Estado, fazer essas denúncias que nós recebemos hoje, com 26 quilos de documentos em uma bolsa, 26 quilos de documentos que nós iremos estudar um a um!

Deputado Iran, muito obrigado pela presença de V.Exa. nesta Casa, nesta CPI.

O SR. IRAN BARBOSA - Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez. Foi uma honra!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Marcelo Aro, há mais alguma colocação?

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Mais uma vez, parabênz-o pelas palavras e pela atuação.

Deputado Iran, volte sempre aqui em Brasília. Quem sabe, em 2018, teremos V.Exa. como um dos nossos colegas?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Tem a palavra o Deputado Fernando Monteiro, que é o Relator.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, pelo que eu estou entendendo, nós não vamos ter mais sessão. Só em agosto? É isto? *(Pausa.)*

Eu quero, primeiro, agradecer e parabenizar V.Exa. por sua condução nesta primeira etapa. Foi muito importante essa convivência. Agradeço a todo mundo que participa desta CPI.

Parabenizo, mais uma vez, ao Deputado Iran. Quem sabe, seremos, em 2018 e 2019, colegas aqui para a gente poder ecoar pelo Brasil as coisas erradas e as mazelas que têm aqui? Então, sucesso! Muito obrigado mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Fernando Monteiro, eu ainda vou tentar fazer uma reunião na próxima quinta-feira. Vamos tentar fazer uma reunião aqui, nesta Casa, na próxima quinta-feira, mas, se não houver quórum, a reunião próxima será mesmo no mês de agosto.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

Declaro encerrada a presente reunião.